PFL surpreso com a decisão sobre dívida

por Sergio Garschagen
de Brasília

A notícia de que o governo teria decidido suspender por noventa dias o pagamento do serviço da dívida externa pegou ontem o Partido da Frente Liberal (PFL), um dos pilares da Aliança Democrática que dá sustentação política ao governo, totalmente de surpresa.

Pela manhã, representantes de 23 diretórios do PFL reuniram-se para analisar as relações do partido com o PMDB. Mas o fato econômico atropelou as divergências políticas e nada se definiu no encontro.

Três ministros do PFL, que se encontraram ontem à tarde no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a cerimônia de recebimento do registro definitivo do partido, preferiram guardar silêncio em relação à moratória.

Aureliano Chaves, das Minas e Energia, confessou-se sem dados para analisar o fato. Disse que se avistaria hoje com o presidente José Sarney e ponderou que, "se tomou essa medida, o governo faz avaliações sobre as suas conseqüências". Lembrou

que o País tem reservas petrolíferas para sessenta dias sem importações e ressaltou que as suas declarações da semana passada, de que não se faz política econômica com demagogia (referindo-se ao Plano Cruzado), "foram necessárias e suficientes".

"Somos solidários com o governo", disse Antonio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações, ressaltando que só comentaria a moratória quando oficialmente divulgada pelo Planalto.

Também no TSE, o chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, disse, sorrindo, que informações sobre política externa deveriam ser buscadas com o ministro Dilson Funaro, da Fazenda.

O líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli, defende a tese de que o governo deve pagar os juros da sua dívida "no limite das suas possibilidades". Já o líder na Câmara, José Lourenço, disse que é contra um novo choque heterodoxo e que "a dívida deve ser negociada com firmeza".

Para o deputado Inocêncio de Oliveira, o País já decidiu pela moratória há muito tempo. "O governo decidiu agora apenas oficializá-la", afirmou.